



**Demarcações da cidadania nos  
gêneros menores: Chile no processo das  
independências americanas (1810-1829)**

*Elisabet Prudent  
Natalia López Rico*

Tradução de Rafael Dias Scarelli



## resumo

O presente artigo indaga sobre o surgimento da cidadania como categoria política moderna no alvorecer das repúblicas latino-americanas, especificamente no Chile pós-revolucionário. Para tanto, analisa-se um conjunto de impressos publicados entre 1810 e 1829 – *bandos*, panfletos e catecismos – denominados gêneros menores, nos quais são invocadas formas flexíveis de cidadania que ganharam contornos específicos em sua relação com a figura do soldado e do patriota-cristão. Desse modo, as primeiras formas de cidadania moderna necessariamente conjugaram elementos comunitários do Antigo Regime e do bem comum do republicanismo clássico.

**Palavras-chave:** cidadania; independência; impressos políticos; Chile.

## abstract

*This article delves into the emergence of citizenship as a modern political category at the dawn of Latin American republics, especially in post-revolutionary Chile. To do that, a set of prints published between 1810 and 1829 have been analyzed, among them edicts, pamphlets and catechisms of so-called “minor genres” in which flexible forms of citizenship are brought about, with specific contours derived from their relationship with the soldier and the Christian patriot figures. Therefore, the first forms of modern citizenship necessarily combine community elements from the Ancien Régime and notions of the common good found in classical republicanism.*

**Keywords:** citizenship; independence; political prints; Chile.

**A**

pós o cativo do rei Bourbon nas mãos das forças napoleônicas, o vazio de poder suscitado na América colonial abriu a possibilidade de se imaginar uma nova ordem baseada na reversão da soberania popular. Esse imaginário foi projetado por atores que recorreram a linguagens políticas alimentadas por diversas tradições – liberalismo, republicanism, neoescolástica (Cid, 2019, p. 21) –, legitimando a causa autonomista e outra forma de governo que substituísse o Estado monárquico. Seja desde os campos de batalha, seja nos bastidores da cena conspirativa, ou nos novos espaços da opinião pública, os rebeldes da América hispânica assumiriam o desafio repentino e violento de constituir uma nova comunidade política.

No Chile, o panteão de heróis nacionais se formou a partir das figuras que dirigiram, com lemas mais ou menos radicais, o momento fundacional. Os nomes de Bernardo

O'Higgins, José Miguel Carrera e Manuel Rodríguez aparecem como protagonistas de uma sucessão de acontecimentos que se inicia com a formação da *Primera Junta de Gobierno* (1810) e se consagram na arena bélica com os triunfos sobre as tropas realistas nas batalhas de Chacabuco (1817) e Maipú (1818), antessala do Juramento da Independência (1818)<sup>1</sup>. Figuras e eventos contingentes que foram canonizados pela historiografia tradicional e revisitados à luz de

---

1 Desde uma perspectiva cronológica tradicional, a historiografia dividiu e denominou os períodos da independência chilena orientando-se pelos acontecimentos que definiram as estratégias bélicas e políticas seguidas por seus precursores, como *Patria Vieja* (1810-1814), *Reconquista Española* (1814-1817) e *Patria Nueva* (1817-1823).

---

**ELISABET PRUDANT** é professora e pesquisadora do Departamento de História da Universidad de Santiago de Chile.

**NATALIA LÓPEZ RICO** é professora do Departamento de Romanística da Universität Bonn e integrante do Grupo de Estudos Brasileiros da Universidad de Chile.

enfoques recentes para analisar o potencial e as limitações que este cenário prenunciava em termos de participação política.

Por outro lado, tanto vozes anônimas como reconhecidas anunciaram a ruptura da legitimidade do modelo monárquico ao repensar “o corpo social, a soberania ou a representação”<sup>2</sup>, fazendo uso do exercício da escrita (Guerra & Lempérière, 1998, p. 6). Essas vozes participaram em outra frente de combate, a das ideias impressas que, apelando a um léxico político, simbolizaram os ares de transformação derivados da crise que se vivia e as tensões surgidas da organização de um governo para as nascentes repúblicas (Araya, 2011, p. 299). Desse modo, formas incipientes de produção escrita e de acesso à leitura surgidas para além do controle governamental permitiram que se propagassem conceitos e ideias de relevância pública, na maioria das vezes convivendo com noções provenientes do Antigo Regime, através de formatos que circularam profusamente por canais de comunicação local e regional (Sagredo, 1994).

Este trabalho toma como ponto de partida os impressos que surgem com o processo de independência chilena, a fim de analisar a convocatória por eles dirigida aos atores que fariam possível o exercício soberano e se converteriam no fundamento da cidadania. Em particular, analisam-se panfletos e catecismos produzidos entre os anos de 1810 e 1829. Com esse recorte abarcamos o período revolucionário e pós-revolucionário, buscando reconstruir o sentido da cidadania como categoria-chave

---

2 No original: “*el cuerpo social, la soberanía o la representación*”.

implicada na construção política da nação, sublinhando a importância da independência como um evento que mobilizou determinados discursos sob condições de enunciação excepcionais (Palti, 2007).

O caráter material às vezes efêmero, às vezes contingente, e quase sempre prescritivo desse *corpus* textual fez com que fosse categorizado dentro do que a teoria literária e discursiva reconhece como “gêneros menores”<sup>3</sup>, condenando-os a um lugar marginal em relação ao cânone das letras oitocentistas. Trabalhar com esses suportes nos permitirá valorizar sua contribuição histórica ao estudo da cidadania ao analisar as modalidades de uso direto ou indireto de dita categoria e sua apropriação em documentos que expõem de que modo vale mais o que foi dito do que quem o disse, tensionando ao mesmo tempo a rigidez do *corpus* canônico<sup>4</sup>. Para além disso, convida-nos a refletir sobre o caso chileno sem perder de vista as vicissitudes regionais, os processos políticos e de construção da cidadania que atravessaram os povos coloniais acéfalos de autoridade. Tal dimensão é inevitável, pois a produção, o consumo e as práticas que produziram impressos políticos no contexto das independências remetem a um circuito de alcance ibero-americano, tornando imprescindível a tarefa de considerar antecedentes de contextos e processos de formação da nação compartilhados que

---

3 Um exemplo do estudo dos gêneros menores se encontra nas investigações sobre a *Bibliothèque bleue* de Troyes na França dos séculos XVII e XVIII. Ver: Chartier (2005, pp. 167-92). Para o caso espanhol, ver: Gomis (2010).

4 Um cânone composto da história nacional, do romance nacional e da legislação nacional. Ver: González Stephan (1999).

enfrentaram o turbilhão da emancipação e sua simbolização através do registro escrito. Respondemos, assim, ao compromisso de avançar em um relato histórico conectado com seu tempo e espaço, prezando uma escala regional de análise que, sem perder de vista as particularidades e a centralidade do caso estudado, evite os vícios de enfoques isolados e a tentação de se buscar traços de excepcionalidade em um processo que supera o âmbito do nacional.

## OPINIÃO PÚBLICA E CIDADANIA NOS TEMPOS DA INDEPENDÊNCIA

Em julho de 1810, pouco antes de compor a *Primera Junta de Gobierno*, Bernardo O'Higgins dirigiu uma carta a seu amigo inglês, *mr. Eels*, pedindo-lhe ajuda para enviar ao Chile insumos fundamentais que lhe permitiriam entrar na luta que se prenunciava e alcançar a vitória: uma imprensa e um tipógrafo. Em palavras textuais de quem em breve se converteria em comandante geral das tropas militares e mais tarde em *Director Supremo de la República*, para “direcionar a opinião” e corrigir “a teimosia de tantos”<sup>5</sup>, se fazia necessário, se não urgente, distribuir em folhas impressas o novo ideário que conduziria a justa batalha pela independência (Villar, 1982, p. 11). Por sua vez, o jurista e intelectual Juan Egaña ecoa o gesto de O'Higgins quando, em uma reunião da *Primera Junta*, recomenda comprar uma imprensa para “uniformizar a opinião pública no que tange aos princípios

5 No original: “conducir la opinión”; “la terquedad de tantos”.

do Governo”<sup>6</sup> (Araya, 2011, p. 301). Finalmente, em 1811, durante o governo de José Miguel Carrera, chegou dos Estados Unidos a primeira imprensa, permitindo a impressão do diário nacional *La Aurora de Chile* (1812) e logo de *El Monitor Araucano* (1813), que se converterão, nas palavras de Céline Desramé (1998, p. 274), “no elemento mais dinâmico de uma ofensiva propagandística abertamente favorável às ideias liberais e à Independência”, além de um testemunho material de que “progresso técnico e a revolução vinham juntos”<sup>7</sup>.

A convicção e a confiança dos líderes independentistas chilenos – e de seus imediatos sucessores – na letra impressa como meio para atingir e convencer mais pessoas são um gesto que retomam da matriz ilustrada e revolucionária, repetindo-se, com alguns matizes, ao longo do período inicial das lutas pela emancipação americana. Os textos impressos de conteúdo político surgidos durante esse período foram instrumentos privilegiados do debate que permitiria a emergência da opinião pública e, com ela, a “proclamação da soberania da nação”<sup>8</sup> (Guerra, 1998, p. 110). A opinião pública, nas palavras de Hilda Sabato, limitar-se-á, sob a influência do republicanismo, à “representação genuína e desejável da vontade do povo ou da nação entendidos coletivamente”<sup>9</sup>,

6 No original: “uniformar la opinión pública a los principios del Gobierno”.

7 No original: “en el elemento más dinámico de una ofensiva propagandística abiertamente favorable a las ideas liberales y a la Independencia”; “progreso técnico y la revolución iban juntos”.

8 No original: “proclamación de la soberanía de la nación”.

9 No original: “representación genuina y deseable de la voluntad del pueblo o de la nación entendidos colectivamente”.

evitando-se os perigos da divisão em partes “facciosas” da vida política (Sábato, 1999, p. 27). Sua relevância como espaço de legitimidade para uma outra forma de governo, assim como para as ideias que sustentavam o novo princípio de autoridade, justificou a preocupação por exercer controle sobre suas fronteiras e demarcações, do que não escaparam os próprios textos impressos portadores dos conteúdos de discussão pública. Dito controle se expressou na importância crescente atribuída à assinatura, definindo-se dessa forma o trânsito da primazia do anonimato e do uso de pseudônimos à identificação do autor individual ou grupal.

A multiplicação dos impressos após a chegada das impressas fez de sua produção e circulação uma das características mais relevantes do período. Essa situação revela não apenas a fé depositada nas tecnologias para a difusão do novo sistema político e para a educação da sociedade, mas também, e acima de tudo, para a criação de um novo tempo. Em relação ao passado, os impressos estabelecem uma dupla vinculação: por um lado, tentam romper com os cercos e limitações à circulação das ideias que marcaram a difícil formação de uma opinião pública moderna durante o período colonial tardio e, por outro, reforçam uma linha de continuidade com a tradição que se observa na intensificação da circulação de textos religiosos, como devocionários, catecismos, entre outros. Em relação ao presente, tratam de responder à contingência e à urgência dos acontecimentos, manifestando em *bandos*<sup>10</sup> e panfletos um chamado à luta e à defesa da liberdade de expressão, que nessa época se equiparava à liberdade de imprensa. E, em relação ao futuro, perfilam o projeto de nação e seus componentes basais: os patriotas

prontamente convertidos em cidadãos. Assim, os impressos cumpriram um papel-chave no surgimento e na configuração do espaço discursivo oitocentista latino-americano (Poblete, 2003), ao estabelecer – como acabamos de assinalar – a nova pauta de relação com as coordenadas de tempo e expressar a estreita e decisiva vinculação entre o Estado-nação e a letra impressa: é o alvorecer da nova República das Letras.

O necessário debate que surgiu por meio dos impressos na arena da opinião pública remeteu a práticas de sociabilidade nas quais confluíram dinâmicas modernas de pedagogia política e expressões provenientes da ordem tradicional das sociedades coloniais. Ainda que os impressos tenham tomado o lugar dos manuscritos como formato comunicacional hegemônico, a forma pela qual o público acessou seu conteúdo foi a da leitura ouvinte, reforçando a presença do oral e o exercício de ouvir como instância de acesso coletivo à informação. Reafirmando essa ideia, o historiador liberal oitocentista Miguel Luis Amunátegui destaca em sua memória apresentada à Universidad de Chile, intitulada *La crónica de 1810*, a figura de Gaspar Marín, político e intelectual de pública figuração no calor dos acontecimentos revolucionários, como a de um dos oradores mais exímios na “dissertação verbal” e praticante da “recitação cotidiana”<sup>11</sup> de textos e proclamações (Desramé, 1998, p. 283).

---

10 Segundo o *Diccionario de la Lengua Española*, da Real Academia Española, *bando* pode se referir a ordens com força de lei dadas pela autoridade militar em zonas de guerra durante as hostilidades. Disponível em: <https://dle.rae.es/bando?m=form>. Acesso em: 29/6/2021. (N do T.)

11 No original: “*disertación verbal*”; “*recitación cotidiana*”.

A campanha pedagógica desatada pela independência que atravessou o espaço público buscou instruir e informar sobre as possibilidades que propiciava o momento histórico, bem como assentar o princípio da soberania popular. A educação foi, então, a ferramenta que permitiu resolver as tensões entre o exercício da soberania e o povo enquanto categoria abstrata com uma dimensão social por se definir no novo cenário. Essa operação civilizatória se traduziu, em primeiro lugar, na identificação do cidadão que constituiria a nação e portaria o fundamento da soberania popular (Cid, 2019, p. 253).

A categoria de cidadania – *ciudadanía* –, durante o período que nos interessa, será ambígua, já que, por um lado, traz consigo o fundamento do poder soberano da nação moderna e, por outro, carrega elementos do Antigo Regime, como é a noção territorializada e paroquial sob a qual se interpretava tal palavra em associação a residente – *vecino* (Guerra, 1999). Nesse sentido, a cidadania respondia em seu germe mais aos princípios comunitários e ao bem comum do republicanismo clássico do que ao exercício dos direitos individuais promulgados pelo liberalismo (Sábato, 1999).

Como se verá a seguir, a indeterminação na definição da cidadania no interior dos impressos analisados se expressa na volatilidade do referente associado à palavra. Pode aparecer vinculada, de forma mais ou menos evidente, aos princípios da liberdade, da soberania, ou ainda surgir como expressão corpórea – no caso do cidadão – e de resistência ao opressor. Enquanto palavra com uma longa genealogia, que ganhou intensidade e contornos cada vez mais específicos e diferenciados

nas lutas pela independência e nos primeiros anos pós-independência, veremos que para converter o súdito em cidadão seria antes necessário constituir as figuras do soldado e do patriota.

Nessa cruzada pedagógica revolucionária os impressos que denominamos gêneros menores cumpriram um papel-chave difundindo em moldes de letra o próprio molde do novo cidadão: se nos panfletos ele é convocado a intervir como soldado-cidadão na luta contra a metrópole reacionária, nos catecismos se delineará o patriota-cristão, aquele que deve estar disposto a seguir dando sua vida pela pátria, empunhar armas e ir à guerra para manter a defesa da nação ainda ameaçada.

## PANFLETOS: A CIDADANIA SOLDADESCA

Sob a denominação de panfletos agrupamos uma série de publicações impressas que compartilharam um traço material comum: serem folhas avulsas que garantiam a rápida circulação e apropriação do impresso<sup>12</sup>. Como assinala Alejandra Araya (2011, p. 303), em um artigo fundamental para o estudo desses impressos no Chile da Independência, as folhas avulsas podiam ser *bandos*, proclamações,

---

12 Grande parte dos panfletos aqui analisados forma parte da coleção Domingo Edwards Matte, seção *Primeros Impresos Chilenos* do Archivo Central Andrés Bello da Universidad de Chile. Lamentavelmente, à diferença de outros casos, como o brasileiro (Carvalho, Bastos & Basile, 2014), no Chile ainda não existe uma publicação que reúna esses textos e permita sua análise sumária.

conclamações militares ou chamados à rebelião, tendo como objetivo informar sobre a atualidade, “conseguir o apoio das maiorias e assegurar a representação legítima da sociedade”<sup>13</sup>.

Os panfletos abordados nesta seção foram publicados entre 1815 e 1829, um período marcado pelas lutas da reconquista espanhola e por uma profunda instabilidade institucional que se estende da presidência de Bernardo O’Higgins (1817-1823) até 1831, quando se pôs fim a uma série de governos de curta duração e se instaurou a República conservadora. Pretendemos observar de que maneira, dada a sua função de apelar diretamente, os panfletos nesse período configuraram tipos de individualidade e comunidade – às vezes, fictícias –, nos quais prevalece o chamado a uma cidadania desdobrada em vários níveis que coincide em um tipo de cidadão ativo, uma vez que alcançar a independência e instaurar a república dependem da ação direta de sujeitos na busca de um bem comum e do delineamento de uma nova comunidade nacional.

Com a finalidade de perfilar os tipos de cidadania presentes nos panfletos, dispusemos três grupos que correspondem a

três momentos desse período inicial pós-independência: no primeiro, temos os *bandos* publicados na reconquista entre 1815 e 1818; no segundo, os panfletos assinados por coletivos ou indivíduos que protestam ante situações específicas; e no terceiro, consideramos um grupo de panfletos publicado em princípios da Guerra Civil de 1829 no Chile, que têm a particularidade de responderem-se mutuamente, estabelecendo um intenso debate.

Os *bandos* – manuscritos e impressos – foram um meio de difusão e circulação da informação militar usado desde a colônia, que se multiplicou dos dois lados do campo de batalha após a eclosão das lutas de independência: tanto realistas como patriotas se valeram da publicação de *bandos* para chamar a atenção do maior número de pessoas possível para alcançar seus fins. Assim ficam estabelecidas, por exemplo, no *bando* publicado em Santiago em outubro de 1815, sob o mando de Mariano Osorio, brigadeiro dos Exércitos Reais, as novas medidas para enfrentar a situação de desordem e violência que, segundo assinala o documento, havia se originado a partir “das desgraças de que tem adoecido este reino desde o ano passado de 810”. As funestas consequências de tal desordem seriam o roubo, a violência e o homicídio, pelo que se instauram leis especiais determinando que “todo aquele que for pego com o roubo na mão, será preso e castigado com pena de morte, dando-lhe somente 24 horas de prazo. A sentença se executará sem outra formalidade processual que a referida”. O *bando* impresso, que se publica na capital, deveria ser enviado aos chefes militares e administradores

---

13 No original: “conseguir el apoyo de las mayorías y asegurar la representación legítima de la sociedad”. Segundo Loaliza Cano, no estudo comparado dos diversos casos nacionais dedicados aos panfletos na passagem da colônia para a República se observa como a cultura letrada “se impôs nessa transição como o paradigma da comunicação política e, em consequência, permitiu a emergência do agente letrado como indivíduo político central” (Loaliza Cano, 2020, p. 25). No original: “se impuso en esa transición como el paradigma de la comunicación política y, en consecuencia, permitió la emergencia del agente letrado como individuo político central”.



de justiça dos demais “povos do Reino”<sup>14</sup> para seu cabal cumprimento<sup>15</sup>.

Poderíamos estabelecer uma correspondência direta entre esse *bando* e o assinado em 1818 por Lues de la Cruz e Manuel Rodríguez<sup>16</sup>. A folha foi publicada pelo Directorio Supremo del Estado de Chile e declara que os “defensores da pátria” incumbidos de restituir a segurança “nos atuais apuros” são credores da mais “distinta gratidão do Estado” e por isso “todos os soldados oficiais e comissionados militares que se distingam na presente defesa serão premiados em quanto alcancem as facultades do erário”<sup>17</sup>. Sem dúvida, são esses soldados patriotas aos que o *bando* realista castiga e executa como simples ladrões sem direito a julgamento justo e ordinário que o *bando* patriota condecora como os

mais altos dignitários do Estado, merecedores de toda recompensa. Como assinala Veronique Hébrard (2002, p. 443) para o caso venezuelano – em um fenômeno extensivo a todos os processos de emancipação americana –, os homens foram chamados a se integrar ao corpo da cidadania ativa em virtude de sua qualidade de militares e soldados da independência.

Contudo, tal como se infere, a própria materialidade dos panfletos condicionou um tipo de economia da linguagem que obrigava a restringir a mensagem a umas poucas folhas, privilegiando a clareza e a efetividade, razão pela qual abundam alguns sinais como os pontos de exclamação. De certo modo, os mesmos impressos emulavam a contenda replicando a linguagem inflamada das arengas da independência nas quais não se debatia uma opinião pública, mas sim se ditavam ordens e se reafirmavam posturas políticas inamovíveis.

O último panfleto considerado nesse grupo é assinado pelo próprio Bernardo O’Higgins, tendo sido publicado durante a organização da expedição liberadora do Peru, quando já se havia alcançado a independência chilena. O’Higgins, agora *Director Supremo*, assina a folha avulsa destinada aos “irmãos e compatriotas” do Peru:

“Já os empregos, a honra e as riquezas se distribuem [...] e não são o patrimônio de nossos opressores [...] Peruanos, aqui estão os pactos e condições com que o Chile, perante o Ser Supremo, e pondo todas as Nações como testemunhas e vingadoras de sua violação, afronta a morte e o cansaço para vos salvar. Sereis livres e independentes, constituireis vosso governo

---

14 No original: “de las desgracias de que ha adolecido este reino desde el año pasado de 810”; “todo aquel que se cogiere con el robo en la mano, se le aprehenderá y castigará con pena de vida, dándole solo veinticuatro horas de término. La sentencia se ejecutará sin otra formalidad de proceso que la dicha”; “pueblos del Reino”.

15 Nessa mesma folha, encontramos pistas sobre sua recepção e difusão. No verso da página do bando aparece em letra manuscrita a maneira pela qual o texto se fez público “na forma ordinária” na Vila de San Juan Bautista de Hualqui, próxima à cidade de Concepción, em 12 de novembro de 1815, apenas um mês depois de publicado em Santiago, sendo assinado pelo juiz deputado Josef Maria Gabilany e testemunhas (no original: “en la forma ordinaria”).

16 Esta última é uma das folhas avulsas mais chamativas dado seu estado de conservação, pois se trata de uma folha queimada em suas bordas, o que delata seu resgate das chamas.

17 No original: “defensores de la patria”; “en los actuales apuros”; “distinguida gratitud del Estado”; “todos los soldados oficiales y comisionados militares que se distingam en la presente defensa serán premiados en cuanto alcancen las facultades del erario”.

e vossas leis pela única e espontânea vontade de vossos representantes”<sup>18</sup>.

A particularidade aqui colocada não se expressa somente pela designação dos ainda súditos do vice-reino do Peru como irmãos, patriotas e, especialmente, como peruanos. O que mais chama a atenção é que o panfleto foi publicado em espanhol e em quéchua, em um evidente sinal de convocação da população indígena andina a se sentir e a fazer parte da luta pela causa da independência, integrando-a também a esse corpo de irmãos, compatriotas e peruanos<sup>19</sup>. Um gesto de cálculo político apenas equiparável ao dos missionários que publicaram os catecismos de evangelização em línguas indígenas para garantir a conversão dessa população. Era, pois, necessário “catequizar” os indígenas na nova religião republicana.

No segundo grupo, encontram-se os panfletos assinados por indivíduos anônimos ou que de maneira grupal emitem queixas públicas dirigidas a sujeitos específicos e, em especial, dão conta do mal-estar geral ante as promessas não cumpridas pela república, um horizonte projetado em uma Constituição que mais parecia letra-morta. No panfleto intitulado “Clamor de los pobres”,

assinado por “Uns mil pobres”, faz-se uma queixa aberta e geral diante do desolador panorama econômico que deixava atrás de si a emancipação da metrópole:

“Já somos livres, já não terá travas nosso comércio, florescerá a agricultura e a indústria em força de sábias instituições análogas ao estado de nossa ilustração e aptidões, dissemos, quando se bateu o último exército espanhol, mas longe de chegarmos ao fim desejado, outro exército, de teorias abstratas, doutrinas errôneas e princípios disparatados, veio a nos fazer a guerra, mais cruel ainda, que a dos espanhóis”.

A queixa se dirige aos problemas que a liberdade de comércio havia trazido à indústria nacional. Segundo assinalam, a chegada de manufaturas estrangeiras que poderiam ser fabricadas no país teria reduzido à “mendicidade nossos artesãos”. O panfleto termina com um decidido tom irônico que se estende tanto aos princípios republicanos quanto aos heróis da independência, como se a única herança concreta recebida da independência fossem ideias sem corpo nem aplicação e um panteão de heróis para adorar: “Haverá um país mais miserável? Mas há *princípios* e há *pais da pátria*, não se rompa a corda...” (grifos no original)<sup>20</sup>.

---

18 No original: “*hermanos y compatriotas*”; “*Ya los empleos, el honor y las riquezas se distribuyen [...] y no son el patrimonio de nuestros opresores [...] Peruanos, he aquí los pactos y condiciones con que Chile, delante del Ser Supremo, y poniendo a todas las Naciones por testigos, y vengadores de su violación, arrostra la muerte y la fatiga para salvarlos. Seréis libres e independientes, constituiréis vuestro gobierno y vuestras leyes por la única, y espontánea voluntad de vuestros representantes*”.

19 Bernardo O’Higgins passou vários anos de sua juventude em Lima, onde teve contato com o mundo indígena inca, o que explicaria, possivelmente, a sua sensibilidade política e estratégica frente a essa comunidade (Gómez Alcorta & Ocaranza Bosio, 2017, p. 22).

---

20 No original: “*Unos mil Pobres*”; “*Ya somos libres, ya no tendrá traba nuestro comercio, florecerá la agricultura y la industria en fuerza de sabias instituciones análogas al estado de nuestra ilustración y aptitudes, dijimos, cuando se batió al último ejército español, pero lejos de llegar al fin deseado otro ejército de teorías abstractas, doctrinas errôneas y principios disparatados, ha venido a hacernos la guerra, más cruel aún, que la de los españoles*”; “*mendicidad a nuestros artesanos*”; “*¿Habrá un país más desdichado? Pero hay principios y hay padres de la patria, no se rompa la cuerda...*”.

Alguns fatos de caráter anedótico também tiveram lugar nos panfletos. Foram comuns as queixas contra estamentos e pessoas particulares, como é o caso do panfleto “Suceso notable”, que se volta contra a igreja. O panfleto conta como, na Vila de Linares, em 13 de setembro de 1828, encontrava-se o pároco local Mateo de Alcazar y Sumerso jogando bilhar, quando

“entrou na mesma sala o cidadão don Ramón Acevedo y Somosa fumando um cigarro. Este fato, em si tão inocente e usual, irritou de alguma forma o eclesiástico jogador, chamando-o de falta de respeito a seu caráter sacerdotal, e sem detê-lo a justa consideração de que este cidadão, embora jovem, era um homem livre e das famílias mais distintas do povoado, depois de lhe encher de injúrias, deu-lhe golpes até lhe ensanguentar o rosto”.

Quando o cidadão apresentou a queixa ao tenente-governador, a resposta obtida foi que “*jamais fumasse na presença de seu pároco*”. Ignoramos em que princípios legais baseou seu mandato este magistrado” (grifos no original). Para reforçar a legitimidade de sua queixa, o autor do panfleto cita o artigo 12 da Constituição política do Estado e conclui que as novas instituições não teriam conseguido apagar “o espantoso quadro colonial nos povoados distantes de Santiago, enquanto exigem custosos sacrifícios para estabelecer princípios liberais e virtudes cívicas que os próprios proclamadores detestam”. Assinam o panfleto, anonimamente, “Dois irreligiosos”<sup>21</sup>.

O último caso em tela se compõe de uma série de cinco panfletos publicados entre os

dias 18 e 29 de novembro de 1829, durante a eclosão da guerra civil que terminaria em 1831. O intenso confronto no plano da letra impressa se deu entre os conservadores *pelucones* e os liberais *pipiolos* com uma sucessão de declarações, acusações e ameaças que terminaram por selarem-se no plano físico da luta entre partidos pelo controle da república<sup>22</sup>.

Em um primeiro panfleto, de 18 de novembro de 1829, os *pipiolos*, que se auto-denominavam como populares, manifestaram-se contra o golpe de Estado de Manuel Bulnes e José Joaquín Prieto, defendendo a intervenção do “digno cidadão capitão general d. Ramón Freire”. Para aumentar o fervor das pessoas, chamam-nas a ouvir “o eco dos heróis da independência, que desde seus túmulos os incitam a favor da liberdade” e a manter vigente a “Grande Carta Constitucional”<sup>23</sup>. Três dias depois aparece uma resposta a este panfleto intitulada “A los brutos”, na qual os populares são tratados como animais: asnos, cavalos, cães e porcos.

---

21 No original: “*entró en la misma sala el ciudadano don Ramón Acevedo y Somosa fumando un cigarro. Este hecho en sí tan inocente y usual, irritó de modo al eclesiástico jugador, apellidándolo falta de respeto a su carácter sacerdotal, que sin detenerlo la justa consideración de que este ciudadano, aunque joven, era un hombre libre y de las familias distinguidas del pueblo, después de llenarlo de injurias, le dio de golpes hasta ensangrentarle el rostro*”; “*jamás fumase en presencia de su pároco*”. Ignoramos en qué principios legales fundó su mandato este magistrado”; “*el espantoso cuadro colonial en los pueblos lejanos de Santiago, mientras se les exigen costosos sacrificios para establecer principios liberales y virtudes cívicas que detestan los mismos proclamadores*”; “*Dos irreligiosos*”.

22 Ver o trabalho clássico de Domingo Amunátegui Solar (1939).

23 No original: “*digno ciudadano Capitán General d. Ramón Freire*”; “*el eco de los héroes de la independencia, que desde sus sepulcros les invitan a favor de la libertad*”; “*Gran Carta Constitucional*”.

Ao mesmo tempo, os *pelucones* levantam a acusação de que os populares usam vilmente a imprensa, publicando “sujos papéis” para ganhar o favor da população<sup>24</sup>. Dois dias depois surge uma resposta assinada, jocosamente, por “O amigo dos animais”:

“[...] querer se aproveitar dos despojos de uma Pátria, que procuram arruinar [...] não perdoar meio algum para satisfazer o abominável ódio que nutrem contra pessoas que não lhes fizeram outro mal que sustentar as liberdades públicas, e pretender que seja um delito não sofrer em silêncio e não lhes deixar exclusivamente o uso da imprensa, que tanto degradam e degradaram, pode não ser efeito da loucura?”<sup>25</sup>

No último panfleto da série, a resposta é dada pelos *pelucones* em 29 de novembro, que se dirigem “Aos habitantes de Santiago” denominados como “Conciudadãos”, uma interessante alusão direta à categoria de cidadania baseada na soberania popular:

“Hoje não há mais governo, nem mais autoridade, que a do povo.

Compatriotas. Vamos exercê-la com toda energia. Decidamos antes sermos sacrificados do que consentirmos com nosso silêncio em

sermos humilhados por um punhado de vis. Um cidadão”<sup>26</sup>.

Apesar de se tratar de uma disputa panfletária entre grupos caracterizados a essas alturas por um partidarismo exacerbado, observamos como para os dois lados a cidadania é o horizonte legítimo de referência política, usado tanto para designar os líderes militares da contenda (o “digno cidadão capitão general d. Ramón Freire”) como o povo ao qual se chama para a luta: os “conciudadãos”. A categoria se sobrepõe ao chamado às armas, aos compatriotas, às denominações nacionais como chilenos e peruanos, impondo-se, tal como deixa clara a assinatura do último panfleto, o peso civil e político que outorga poder assinar como um indivíduo – cidadão.

## CATECISMOS: DE HOMENS LIVRES A PATRIOTAS-CIDADÃOS

Os catecismos foram textos didáticos que utilizaram o método de perguntas e respostas para instruir, de maneira simples, uma população majoritariamente analfabeta sobre temas de ordem religiosa ou política. Embora alguns catecismos cristãos tenham circulado na América desde o século XVI, foi somente no cenário de fratura da ordem monárquica que um número considerável de textos pedagógicos se popularizou. Rafael

---

24 No original: “*sucios papeles*”.

25 No original: “*El amigo de los animales*”; “*querer aprovecharse de los despojos de una Patria, que procuran arruinar [...] no perdonar medio alguno para satisfacer el abominable odio que abrigan contra personas que no les han hecho otro mal que sostener las libertades públicas, y pretender que sea un delito no sufrir en silencio, y no dejarles exclusivamente el uso de la imprenta, que tanto degradan, y han degradado ¿Puede no ser efecto de la locura?*”.

---

26 No original: “*A los habitantes de Santiago*”; “*Conciudadanos*”; “*Hoy no hay más gobierno, ni más autoridad, que la del pueblo. Compatriotas. Vamos a ejercerla con toda energía. Decidámonos a ser sacrificados antes que consentir con nuestro silencio en que se nos humille por un puñado de viles. Un ciudadano*”.

Sagredo analisou em profundidade o papel histórico dos catecismos americanos durante os anos anteriores e posteriores ao período revolucionário. O autor assinala, em síntese, que seu uso buscou expor às pessoas comuns o conjunto de ideias que sustentavam a Revolução Independentista, bem como suas causas, fontes de poder, direitos dos homens livres, tipos de governo, centralidade da religião, princípios da ilustração, importância da educação e da cultura em momentos de crise, como foi o vivido pela América hispânica a partir de 1810 (Sagredo, 2009, p. 17).

Para além de sua função como artefatos difusores de conteúdos políticos, em termos ideológicos os catecismos apontaram, nas palavras de Nydia Ruiz (1997, p. 145), à “unificação da cultura política da população”<sup>27</sup>, tradição transmitida pelo Estado absolutista e atualizada na gesta de emancipação. Os catecismos transmitiram, por meio da linguagem filosófica e doutrinária disponível no momento em que foram produzidos, os conceitos e atores que davam conteúdo ao processo fundacional, assumindo um papel importante como mediadores na transferência de ideias que pretendiam congregar a sociedade. Desse modo, esse formato de comunicação contribuiu para o clima de debate e participação em um espaço crítico de opinião sobre o estabelecimento de outra forma de governo, respondendo ao que José Carlos Chiaramonte (2004, p. 64) considera “o maior problema que enfrentavam os líderes dos movimentos de independên-

cia hispano-americanos”, como o foi “a urgência de substituir a legitimidade da monarquia castelhana”<sup>28</sup>.

Embora nem todos os catecismos que circularam na América durante o processo das independências se ajustem aos mesmos propósitos, há alguns elementos de confluência, especialmente entre os sul-americanos – Rio da Prata, Alto Peru, Chile –, relativos à forma em que se estava pensando o exercício da soberania, a primazia da ideia de liberdade, o protagonismo do povo e a melhor forma de governo a se adotar.

Abordaremos aqui dois catecismos chilenos que se destacaram no cenário de crise do Estado monárquico: o *Catecismo político y cristiano dispuesto para la instrucción de la juventud de los pueblos libres de la América meridional*, de José Amador de la Patria (1810), e *El catecismo de los patriotas*, de Camilo Henríquez (1813). O primeiro é um texto que circulou como manuscrito nos momentos prévios à formação da Junta de Gobierno no Chile, acontecimento fundacional do qual foi promotor. José Amador de la Patria foi o pseudônimo de um autor não identificado, sobre o qual se tem especulado profusamente, dada a erudição de sua escrita e o nível de sua formação política. Por sua vez, o catecismo escrito por Camilo Henríquez responde a uma fase na qual o processo independentista já estava mais avançado, o que lhe permitiu transitar desde a reação primeira, diante do vazio de poder, à discussão sobre os alcances da liberdade e da igualdade. Cabe destacar

---

27 No original: “unificación de la cultura política de la población”.

---

28 No original: “el mayor problema que enfrentaban los líderes de los movimientos de independencia hispano-americanos”; “la urgencia de sustituir la legitimidad de la monarquía castellana”.

que Henríquez foi um reconhecido intelectual, letrado, sacerdote e ativo partidário da gesta revolucionária chilena e americana. Manifestou seu compromisso em múltiplos jornais dos quais foi editor. De fato, o catecismo que nos interessa e que registra sua assinatura apareceu publicado em *El Monitor Americano* como contribuição à opinião crítica sobre o exercício da liberdade, especialmente no âmbito da imprensa (Espindola, 1970, p. 18).

Ambos os textos respondem à doutrina cristã e dão conta dos usos políticos do discurso religioso. Destacam o governo divino como origem da soberania e como justificação de sua restituição ao povo. As noções de liberdade e igualdade primitiva nas quais os seres humanos foram criados emergem como argumento central para se contrapor à possibilidade de submissão a um regime ilegítimo que usurpe a soberania. Nessa linha, os textos aludidos proclamaram o republicanismo como a melhor forma de governo, na medida em que foi considerado como o modelo que mais favorecia a felicidade e o bem-estar comum da pátria, entendida esta última como a América livre do jugo colonial.

O cidadão nos catecismos chilenos se vislumbra como o homem livre que surge junto com a pátria, ou seja, emerge do seio da comunidade independente que congrega o povo soberano (Sagredo, 1994). No *Catecismo político y cristiano*, de 1810, a palavra “cidadão” se encontra ainda distante do sentido moderno do termo, evocando de fato a quem, tomando distância do vassalo, escolhe lutar por sua liberdade e atuar em união, evitando assim o destino de escravidão que prenunciava o avanço das tropas francesas. A união como condição de liber-

dade se traduz no chamado aos “chilenos todos”, habitantes do interior e da capital, mas também aos americanos como coletivo de patriotas que, no seu conjunto, formavam o povo soberano. Ainda que a indefinição da palavra “cidadão” seja evidente no texto de José Amador de la Patria, o autor não é alheio ao vínculo filosófico entre cidadania e o cânone dos direitos naturais, os quais deviam ser amparados por uma Constituição que operasse como regente do povo, mesmo no caso em que o rei Fernando VII voltasse a reinar na América.

No *Catecismo de los patriotas* de Camilo Henríquez, a noção de cidadão emerge com mais clareza para se remeter aos que, lutando contra a tirania e sendo portadores dos direitos fundamentais da liberdade e da soberania, atuam sob a norma do bem superior da pátria. O autor vincula a noção de patriota, “o amigo da América e da liberdade”, com a de cidadão, como aquele que “participa da felicidade e da glória da pátria”<sup>29</sup>. O bem da pátria será a felicidade do cidadão na medida em que um bom governo – que administre justiça, educação, preocupe-se com a indústria e com a ocupação de todos, oferecendo segurança e tranquilidade – fomenta o orgulho de pertencer à dita comunidade.

O catecismo de 1813 projeta a liberdade, atributo consubstancial ao cidadão, em duas dimensões: a liberdade nacional, que é a independência, e a liberdade civil, que consiste em que “a lei seja igual para todos” e que todos “sejam iguais diante da lei”. Acrescenta, sobre esse ponto, que “a

---

29 No original: “el amigo de América y de la libertad”; “participa de la felicidad y la gloria de la patria”.

liberdade civil é a observância dos direitos do cidadão”, enquanto a “liberdade nacional é a observância dos direitos do homem”. O cidadão foi considerado, nesse marco interpretativo, como a base fundamental do pacto social que asseguraria a soberania popular. O povo integrado pelos cidadãos-patriotas tinha, então, o direito a revogar o poder dado a seus líderes, assim como também a norma jurídica que os regia por meio da Constituição. Além de direitos, o cidadão tinha deveres que representavam o mandato do que todo patriota devia ter em seu coração: “o triunfo da lei, a saúde pública, a liberdade, a prosperidade, e a glória de sua pátria”<sup>30</sup>.

Como figuras antagonistas do cidadão-patriota, em contraposição aos fundamentos da liberdade e da soberania, surgem nesses catecismos as forças usurpadoras, déspotas e tirânicas representadas pelos funcionários metropolitanos da monarquia espanhola e pelo próprio Napoleão. Essa dicotomia termina por se centrar na atuação dos europeus que davam corpo à burocracia imperial *versus* os americanos que sofriam a permanente ameaça de repressão por se oporem à dependência. O *Catecismo político y cristiano* assinala sobre esse aspecto:

“Governadores europeus, tiranos opressores, bárbaros desumanos, tremei! [...]. Vós, cruéis usurpadores da autoridade do povo,

---

30 No original: “la ley sea igual para todos”; “sean igual delante de la ley”; “la libertad civil es la observancia de los derechos del ciudadano”; “libertad nacional es la observancia de los derechos del hombre”; “el triunfo de la ley, la salud pública, la libertad, la prosperidad, y la gloria de su patria”.

derramastes nos patíbulos o sangue ilustre daqueles dignos cidadãos que reclamavam a liberdade da pátria com uma moderação desconhecida entre vós; e para acrescentar o insulto à tirania, fizestes correr como um triunfo as listas ensanguentadas daquelas vítimas do patriotismo”<sup>31</sup>.

Desde uma ética civilizatória que convergia com as preocupações da sociedade *criolla* pela liberdade de comércio e pelo crescimento da indústria, o *Catecismo de los patriotas* assinala que com horror era necessário encarar, como inimigos do sentimento patriótico,

“aos que podendo trabalhar preferem a vergonha da mendicância, ou a do engano [...] Aos que se dão à embriaguez e ao jogo. Aos que consomem na libertinagem o fruto de seu trabalho [...] Aos que não respeitam os costumes e a censura pública [...] Enfim, aos que perturbam a quietude e a harmonia do Estado”<sup>32</sup>.

Camilo Henríquez retoma, na linha de José Amador de la Patria, a crítica ao sistema colonial por seu fomento à ignorância,

---

31 No original: “¡Gobernadores europeos, tiranos opresores, bárbaros inhumanos, temblad! [...] Vosotros, crueles usurpadores de la autoridad del pueblo, habéis derramado en los cadalsos la sangre ilustre de aquellos dignos ciudadanos que reclamaban la libertad de la patria con una moderación desconocida entre vosotros; y para añadir el insulto a la tiranía, habéis hecho correr como un triunfo las listas ensangrentadas de aquellas víctimas del patriotismo”.

32 No original: “los que pudiendo trabajar prefieren la vergüenza de la mendicancia, o la del engaño [...] A los que se dan a la embriaguez y al juego. A los que consumen en el libertinaje el fruto de su trabajo [...] A los que no respetan las costumbres y la censura pública [...] En fin, a los que perturban la quietud y la armonía del Estado”.

ao impedir a existência da imprensa livre na América, em uma tentativa de naturalizar a ideia de que a opressão era o “estado natural do homem”<sup>33</sup>. A perpetuação da ignorância havia repercutido no atraso do processo de educação política do povo. Em contrapartida, o projeto educativo para com os novos patriotas-cidadãos buscava reduzir o estancamento espiritual e cultural imposto pelo regime monárquico, contrário ao princípio civilizatório do cristianismo. Tudo isso, seguindo o contexto do argumento referido, com o objetivo espúrio de manter o povo americano escravizado.

## CONCLUSÃO

A cidadania como problema político e a emergência do cidadão como ator no cenário de crise de legitimidade, que afetava o que havia sido referência hegemônica de autoridade por mais de três séculos, são temáticas que, longe de se visibilizarem de maneira clara e coerente nos textos da independência chilena, surgem fragmentariamente, adquirindo forma em relação aos desafios que os acontecimentos impunham a curto e a longo prazo. Estava claro, e assim o manifestaram os líderes revolucionários, que a emancipação não seria alcançada unicamente por meio das armas. Era necessário convocar o povo, criar instâncias de representação popular e, para isso, buscou-se a forma de convocar um novo sujeito que pudesse se reconhecer na confluência de atributos do Antigo Regime e da modernidade, fazendo sua pátria que nascia com a independência, transformando-

-se em credor dos direitos naturais e, acima de tudo, em defensor da soberania.

Observamos como os panfletos configuraram modos de comunidade e de individualidade ao perfilar grupos sociais, como os mil pobres, ou grêmios, como os artesãos, sendo em sua maioria coletivos anônimos que, em sua autodenominação, estabelecem pautas e posicionamentos político-ideológicos. Sob essas denominações também se estabelecem categorias estamentais diferenciadas, por exemplo, entre cidadãos e religiosos. Para isso, apela-se à Constituição e às leis que dão sustento e amparam essa nova cidadania que tanto se delineou nos impressos como se encarnou nos corpos.

Por sua vez, os catecismos citados conjugaram os conceitos-chave do léxico político de sua época para simbolizar uma crítica à condição de dependência e submissão em que se encontravam os povos americanos, respaldando com isso o processo autonomista no Chile de mãos dadas a uma espécie de nova evangelização do homem livre transformado em patriota-cidadão.

Ambos os formatos, classificados na categoria de gêneros menores, dão conta da expressão e da transmissão de ideias políticas contingentes e relevantes, opiniões constituintes e fundacionais da república e do dever do projeto nacional. Além disso, revelam-se as formas flexíveis às quais apelou a categoria de cidadão e o trânsito de uma cidadania mais ativa, observada nos panfletos, à cidadania mais passiva do patriota-cidadão dos catecismos. Assim, a importância desses textos, dada por seu conteúdo e presença no debate público, confirma sua riqueza como fonte e interpela desde a análise histórica os estritos parâmetros que delimitam o cânone letrado oitocentista.

---

33 No original: “estado natural del hombre”.



## REFERÊNCIAS

- ALONSO, P. (ed.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2004.
- AMUNÁTEGUI SOLAR, D. *Pipiolos y pelucones*. Santiago, Imprenta y litografía Universo, 1939.
- ARAYA ESPINOZA, A. N. "Imaginario sociopolítico e impresos modernos: de la plebe al pueblo en proclamas, panfletos y folletos. Chile 1812-1823". *Fronteras de la Historia*, vol. 16/2, 2011, pp. 297-326.
- ARAYA ESPINOZA, A. N.; VEGA, A. "Espacio, sociedad, escritos y escritura en el Chile colonial", in G. Rojo; C. Arcos; S. Massmann (eds.). *Historia crítica de la literatura chilena: Volumen I. La era colonial*. Santiago de Chile, LOM, 2018.
- CARVALHO, J. M. de; BASTOS, L.; BASILLE, M. (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-23)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- CHARTIER, R. *El presente del pasado. Escritura de la historia, historia de lo escrito*. México D.F., Universidad Iberoamericana, 2005.
- CHIARAMONTE, J. C. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en los tiempos de las independencias*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2004.
- CID, G. *Pensar la revolución. Historia intelectual de la independencia chilena*. Santiago, Ediciones Universidad Diego Portales, 2019.
- DESRAMÉ, C. "La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa (1808-1833)", in F.-X. Guerra; A. Lempérière. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México, FCE, 1998.
- ESPINDOLA, W. H. *El catecismo político-cristiano. Las ideas y la época*. Santiago, Editorial Andrés Bello, 1970.
- GÓMEZ ALCORTA, A.; OCARANZA BOSIO, F. J. "Referencias biográficas de Bernardo O'Higgins Riquelme", in A. Gómez, F. Alfredo y Ocaranza (eds.). *Epistolario general de Bernardo O'Higgins. Tomo I*. Santiago de Chile, UBO Ediciones, 2017, pp. 21-48.
- GOMIS, J. *Menudencias de imprenta. Producción y circulación de la literatura popular en la Valencia del siglo XVIII*. Tesis de doctorado. Valencia, Universidad de Valencia, 2010.
- GONZÁLEZ STEPHAN, B. "Cuerpos de la nación: cartografías disciplinarias", 1999. Disponible em: [http://gupea.ub.gu.se/dspace/bitstream/2077/3213/2/anales\\_2\\_gonzalez.pdf](http://gupea.ub.gu.se/dspace/bitstream/2077/3213/2/anales_2_gonzalez.pdf).
- GUERRA, F.-X. "De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía", in F.-X. Guerra et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México, FCE, 1998.
- GUERRA, F.-X. et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México, FCE, 1998.
- HÉBRARD, V. "Patricio o soldado: ¿qué 'uniforme' para el ciudadano? El hombre en armas en la constitución de la nación (Venezuela, 1a mitad del siglo XIX)". *Revista de Indias*, 62.225, 2002, pp. 429-62.
- HENRÍQUEZ, C. "Catecismo de los patriotas", in R. Silva Castro. *Escritos políticos de Camilo Henríquez*. Santiago, Universidad de Chile, 1960.

- JOSÉ Amador de la Patria. *Catecismo político y cristiano dispuesto para la instrucción de la juventud de los pueblos libres de la América meridional*. (c.) 1810.
- LOAIZA CANO, G. *El lenguaje político de la república. Aproximación a una historia comparada de la prensa y la opinión pública en la América española, 1767-1830*. Medellín, Universidad Nacional de Colombia, 2020.
- PALTI, E. J. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2007.
- POBLETE, J. *Literatura chilena del siglo XIX: entre públicos lectores y figuras autoriales*. Santiago, Ed. Cuarto Propio, 2003.
- RUIZ, N. "Los catecismos políticos liberales en la creación de la cultura política republicana. *Politeia*, n. 20, 1997, pp.143-58.
- SÁBATO, H. (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1999.
- SAGREDO, R. "Actores políticos en los catecismos patriotas americanos. 1810-1821". *Historia*, vol. 28, 1994, pp. 273-98.
- SAGREDO, R. *De la colonia a la república. Los catecismos americanos, 1811-1827*. España, Fundación Mapfre y Ediciones Doce Calles, 2009.
- VILLAR, M. del. "Comentario a la edición". *Aurora de Chile*, 1982.